

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

1.1 Aquisição de **MOCHILA COM KITS DE PRIMEIROS SOCORROS** para serem distribuídos para Unidades escolares nas possíveis ações de primeiros socorros junto aos alunos e servidores, em atenção “A Lei Lucas (13722/18) foi sancionada dia 04/10/2018 e obriga as escolas, públicas e privadas e espaços de recreação infantil a se prepararem para atendimentos de primeiros socorros”, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	<b>Requisitante:</b>	Secretaria Municipal de Educação
1.3	<b>Fundamentação legal:</b>	Pregão Eletrônico, Decreto Federal nº: 10.024/2019 - Lei 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 599 de 03 de junho de 2020.
1.4	<b>Prazo:</b>	Imediato
1.4	<b>Tipo:</b>	Menor preço global;

**2. DA AQUISIÇÃO**

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o quantitativo para aquisição do mesmo:

2.2 A saber, todas as especificações técnicas constantes no presente Termos de Referência são mínimas, podendo a empresa oferecer material superior.

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT
01	247068	<b>MOCHILA PRIMEIROS SOCORROS</b> - Material Nylon Impermeável com costura reforçada, bolso interior, bolsos laterais em tela. Costas, fundo e alças almofadadas (na cor vermelha) com faixas refletivas que ajuda na localização no escuro. Tamanho mínimo da Mochila: 46 x 17 x 27 cm .	UN	126
02	452240	<b>TALA DE PAPELÃO - 30X20CM</b> - Para imobilização feita em papelão, descartável e	UN	1260



		dobrável, bem estruturada e firme, de fácil dobragem e com furos para passagem de amarras.		
03	306160	<b>CAIXA DE LUVAS DE LÁTEX DESCARTÁVEIS –</b> Tamanho M - (caixa com 100 unidades);	CX	126
04	483888	<b>MÁSCARAS DESCARTÁVEIS –</b> Máscara com filtragem bacteriana (BFE), de tripla camada, com elástico. Registro Anvisa - (Caixa com 50 unidades)	CX	126
05	257952	<b>TERMÔMETRO DIGITAL –</b> Termômetro Digital. Resistente à água e com beep sonoro de aviso de medição. Display LCD de fácil visualização e alarme de febre, além da memória da última medição. Desligamento automático e também indicador de bateria fraca Aprovado pelo INMETRO.	UN	126
06	279065	<b>FITA ADESIVA CREPE HOSPITALAR –</b> Rolo com 16mm x 50m. Registro Anvisa.	UN	630
07	371273	<b>SORO FISIOLÓGICO - 500ML -</b> Solução fisiológica para lavagem e irrigação de ferimentos nos curativos.	UN	126
08	433754	<b>BOLSA DE GELO PEQUENA - 1000ml -</b> Bolsa de Gelo com no mínimo 22cm , ideal para a aplicação do frio como tratamento de lesões musculares e dores em geral, sendo muito eficaz no tratamento de dores de cabeça, dores agudas, hemorragias, edemas, febres, entre outros e lesões musculares, tecido externo: 100% poliéster; Tecido interno: 100% poliuretano; Tampa: ABS; Anel de vedação: silicone. - Aplicação leve sobre a região a ser tratada; - Tampa rosqueável e fácil de manusear; - É confeccionada em material flexível e macio, que permite o uso de forma eficiente e confortável.	UN	126
09	441592	<b>PACOTE DE GAZES -</b> Envelope para compressa de Gaze Estéril 11 Fios por cm <sup>2</sup> , contendo no	PCT	1260

		mínimo 10 unidades 7,5cm x 7,5cm. (10 envelopes).		
10	474790	<b>ATADURA CREPOM – 10 CM</b> - Atadura com no mínimo 1,8 metros de comprimento em repouso (10 unidades);	UN	1260
11	279727	<b>PACOTE DE ALGODÕES – 50GR</b> - Algodão em Bolas com no mínimo 50Gr (1 pacote);	PCT	126
12	601715	<b>ÓCULOS DE PROTEÇÃO</b> – Óculos de Proteção Individual, para proteção dos olhos. visual policarbonato óptico, armação polipropileno profissional resistente, utilizado em diversas áreas.	UN	126
13	427228	<b>ROLO DE PAPEL FILME PVC – com aproximadamente 30CM</b> – rolo com no mínimo 100 metros;	ROLO	126
14	470275	<b>MANTA TÉRMICA ALUMINIZADA - 2,10 X 1,40M</b> -Manta Térmica confeccionada em polietileno aluminizado, usado para manter o corpo aquecido, isolante térmico; -Não deformável; -Isolante térmico de baixo peso; -Resistente ao atrito com o solo; -Mantém o calor interno e reflete o calor externo; -Tamanho 2,10 x 1,40m	UN	630
15	473036	<b>TESOURA PONTA ROMBA</b> - Tesoura Cirúrgica romba/romba reta, com no mínimo 14cm em Aço inoxidável.	UN	126

### 3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Em atenção a Lei Lucas (13722/18), sancionada dia 04/10/2018 que obriga as escolas, públicas e privadas e espaços de recreação infantil a se prepararem para atendimentos de primeiros socorros, vem a Secretaria Municipal de Educação, abrir o processo para aquisição de **MOCHILAS CONTENDO KITS DE PRIMEIROS SOCORROS** para serem distribuídos nas Unidades Escolares, no Nível Central e no Almoxarifado, visando eventuais ações de primeiros socorros,

para atender os alunos e servidores da Rede Pública Municipal.

3.2 A presente aquisição visa subsidiar os profissionais da educação a atuarem de forma mais eficaz na prática de primeiros socorros. O Município de Nova Friburgo, através da Escola Friburguense de Gestão – EFG, em consonância com a Defesa Civil vem capacitando os profissionais da educação para atendimento de primeiros socorros. Trata-se de acessórios básicos que comporão a Mochila que tem por objetivo, oferecer os primeiros socorros de forma rápida e adequada. Os itens irão compor o Kit de primeiros socorros e deverão estar acondicionados dentro da mochila da seguinte forma:

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT
<ul style="list-style-type: none"><li>• Mochila primeiros socorros (1 unidade);</li><li>• Tala de papelão (10 unidades);</li><li>• Caixa de luvas descartáveis (1 caixa);</li><li>• Máscaras descartáveis (1 caixa);</li><li>• Termômetro digital 9 1 unidade);</li><li>• Fita adesiva crepe (5 unidades);</li><li>• Soro fisiológico – 500ml (1 unidade);</li><li>• Bolsa de gelo pequena ( 1 unidade);</li><li>• Pacote de gases (10 pacotes);</li><li>• Atadura crepom – 10 cm (10 unidades);</li><li>• Pacote de algodões – 50gr (1 pacote);</li><li>• Óculos de proteção (1 unidade);</li><li>• Rolo de papel filme (30cm) (1 rolo);</li><li>• Manta térmica (5 unidades);</li><li>• Tesoura ponta romba (1 unidade)</li></ul>	<b>KIT</b>	<b>126</b>

- **META:** Distribuir 01 (uma) Mochila contendo os kits de primeiros socorros – Lei Lucas para todas as Unidades Escolares, o Nível Central e o Almoxarifado da Rede de Educação do Município de Nova Friburgo.

#### 4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Não poderão concorrer neste certame às sociedades empresariais e empresários que se enquadrarem nas seguintes situações:

4.1.1 Para os itens da COTA RESERVADA E EXCLUSIVOS, não poderão participar as empresas que estejam enquadradas legalmente na condição de Microempresa, Empresa de Pequeno

Porte ou Equiparadas, ou que incidam em alguma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

- 4.1.2 Suspensos temporariamente de participar de licitações e de contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta, nos termos do inciso III, do artigo 87, da Lei Federal 8.666/93, ou do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02;
- 4.1.3 Impedidos de participar da licitação, nos termos do inciso IV, do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;
- 4.1.4 Na forma de cooperativas ou em consórcio de empresas ou grupos de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição;
- 4.1.5 sociedades empresariais que estiverem em concordata, em recuperação judicial, recuperação extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial.
- 4.1.6 será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico- financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.
- 4.1.7 Sociedade empresária ou empresário proibido de contratar como Poder Público, em razão do disposto no artigo 72, §8º,V, da Lei Federal nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais);
- 4.1.8 empresário ou sociedade empresária cujos sócios majoritários, nos termos do art. 12, inciso III, da Lei nº 8.429/92, estiverem proibidos de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica (Lei da Improbidade Administrativa);
- 4.1.9 que incorrerem em quaisquer das situações previstas nos incisos I, II e III do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 4.1.10 entende-se por “participação indireta” a que alude o artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 a participação no certame da empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado

dispositivo legal figure como sócia, pouco importado o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório;

4.1.11 sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

4.1.12 sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

4.1.13 será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

## 5 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 A despesa decorrente da aquisição dos bens descritos no presente Termo de Referência ocorrerá por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho especificado a seguir:

5.1.1	<b>Elemento de Despesa:</b>	339030-33
5.1.2	<b>Fonte de Recurso:</b>	01 e 03
5.1.3	<b>Programa de Trabalho:</b>	22001.0412200472.125
		22002.1236100572.146
		22003.1236500672.165
		22004.1236500762.182

5.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**  
**CNPJ: 28.606.630/0001-23**  
**ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO,**  
**NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

## 6 DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

6.1 O fornecimento será efetuado de forma imediata, contado no máximo 30 (trinta) dias após a data de entrega da Nota de Empenho, no endereço abaixo.

**ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

**Rua Herculano Gomes da Silva, nº. 201 - Cep: 28630220 - Km 03 - Córrego D'Antas - Nova**

**Friburgo - RJ.**

**HORÁRIO DE ENTREGA: De segunda à quinta-feira, das 07:30 às 14 horas.**

- 6.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
- 6.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 6.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;
- 6.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 6.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **7 DA LIQUIDAÇÃO**

- 7.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313/2019 de 10 de outubro de 2019.

## **8 DO PAGAMENTO**

- 8.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313/2019 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

8.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

8.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **9 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1 Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

9.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3 Atestar as notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

9.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

9.1.5 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;



9.1.6 Aplicar as penalidades constantes no item da Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

9.1.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidores especialmente designados;

9.1.9 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

10.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.4. Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 24 h (vinte e quatro horas) a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.6. Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Educação para representá-la na execução do Contrato;

10.7. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

10.8. Fornecer o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

10.9. Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria Municipal de Educação.

10.10. Responsabilizar-se, por qualquer adulteração do material a ser entregue, mesmo que ainda não se faça a análise imediata do produto na hora da entrega.

## **11 MEDIDAS ACAUTELADORAS**

11.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **12 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

12.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos e sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não havendo prejuízo à execução do objeto pactuado e a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **13 DO CONTROLE DA EXECUÇÃO**

13.1 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição será exercido por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da compra, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

13.2 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Miguel Ângelo Bueno Fernandes	116275	Gestor titular
Gustavo da Silva da Martins	105872	Gestor titular
Marcelo Carlos Oliveira	990345	Fiscal substituto
Eraldo Alves da Silva Junior	116272	Fiscal titular

13.3 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

13.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **14 DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO**

14.1 O presente documento foi elaborado pelo gestor e responsável técnico da Secretaria Municipal de Educação, que se responsabiliza por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

#### **15 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

15.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- Não assinar a ata ou aceitar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

15.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

15.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

15.3.1 Advertência;

15.3.2 Multa:

15.3.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

15.3.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

15.3.2.3 moratórias no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.3.2.4 moratórias no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

- 15.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;
- 15.4 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;
- 15.5 As sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- 15.6 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

## **16 DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 16.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

## **17 DA RESCISÃO**

- 17.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Educação o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;
- 17.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão da contratação:
- 17.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Educação.
- 17.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Educação.
- 17.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições



dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80da Lei n.º 8.666/93.

**Responsáveis pela elaboração:**

Miguel Ângelo Bueno Fernandes  
Mat. 116275

**Apoio Técnico:**

Gustavo da Silva Martins  
Mat. 105872

**De acordo:**

**Calor Veiga da Rocha**  
*Subsecretário Administrativo*  
*Secretaria Municipal de Educação*  
*Mat.: 990256*